



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0012332-76.2021.6.05.8000
SIDNEY SANTOS DORIA
INTERESSADO : FLÁVIO DE SOUZA DIAS
ANDRÉ LUIZ CAVALCANTI E CAVALCANTE
ASSUNTO : Contratação de serviços de telecomunicação

PARECER nº 674 / 2021 - PRE/DG/ASJUR

1. Os autos foram enviados a esta Assessoria para análise de Impugnação formulada pela empresa CLARO S/A (doc. nº 1786065), alegando, em síntese, que os prazos de implantação dos serviços previstos no Termo de Referência seriam inexecutáveis, assim como o prazo de dois dias úteis após a assinatura do contrato para envio da planilha de endereços IPv4 de todos os enlaces, os quais viriam a beneficiar somente a atual Contratada deste Tribunal. Dentre outros argumentos, a impugnante afirma que:

(...)

Os prazos apresentados pelo TRE-BA no Cronograma de Eventos (em dias úteis) não estão adequados para o porte e distribuição de uma rede SD-WAN com as características solicitadas. Além do prazo de construção da infraestrutura para passagem dos cabos ópticos, são necessários licenciamentos urbanos e ambientais, aquisição e importação de equipamentos contemplados na solução. Além disso, existem limitações dos fabricantes das soluções do projeto em relação à aquisição de semicondutores para fabricação de seus equipamentos, em função da pandemia do COVID-19. Isso afeta diretamente o prazo de entrega da solução. **Solicitamos que o TRE-BA ajuste o Cronograma de Eventos, fornecendo prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos para a instalação dos circuitos, a partir da aprovação do Planos de Implantação e Testes de Aceitação.** O prazo atualmente fornecido acaba de certa forma privilegiando em parte o atual prestador de serviços do contrato vigente e tira a competitividade do certame. Nossa solicitação será acatada. Desta feita, é imperioso que o atual prazo seja revisto, de modo a tornar plenamente exequível o futuro Contrato. Portanto, não prever prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias para execução do serviço após assinatura do contrato significa aumentar abrupta e desnecessariamente os riscos de penalidades para o particular quando da contratação dos serviços, o que além de acarretar uma maior oneração para a Administração Pública sob a forma de repasse financeiro nas propostas a serem apresentadas, configura-se como uma regra que foge às inteiras da

razoabilidade e da comutatividade contratual que se pretende com a licitação. Ademais, há que se cogitar os sérios riscos de aplicação de outras penalidades contratuais, inclusive as decorrentes da hipótese de rescisão do contrato, cujo risco imensurável poderá afastar deste Certame os eventuais interessados.

Tal alteração se faz necessária tendo em vista que a estipulação de prazo diverso do que se propõe nesta missiva pode ensejar a aplicação de penalidades injustas à Contratada. Não sendo razoável prazo tão ínfimo para a instalação definitiva do serviço, conforme determina a regra editalícia que ora se impugna.

(...)

VII - 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.2.1. O prazo para envio dos planos será de dois dias úteis após a assinatura de contrato. QUESTIONAMENTO

V: Entendemos que uma vez que o plano de implantação deve conter todas as informações pertinentes a rede, bem como o mapa de endereçamento IP, **faz-se necessário o aumento do prazo de entrega do plano de implantação especificado no edital de 2 dias corridos para 20 dias.** Nosso solicitação será atendida?

VIII - 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.9.5. D + 25: Conclusão das instalações, respectivos testes e envio do último Relatório de Testes de Aceitação à fiscalização. Envio do recebimento provisório pela fiscalização à contratada.

QUESTIONAMENTO VI:

Entendemos que para ampliar a competitividade e participação no certame e proporcionar um preço mais vantajoso para essa administração, faz-se necessário o aumento do prazo de instalação especificado no edital de forma a garantir a perfeita execução dos serviços em prazo exequível e de acordo com os níveis de qualidade exigidos. Esclarecemos que este serviço abrange a importação e instalação de equipamentos, bem como o transporte de matérias e obtenção de licença junto aos órgãos competentes para a realização desta construção para os circuitos. Solicitamos que seja alterado o prazo para 180 dias possibilitando uma melhor qualidade na prestação dos serviços e o correto cumprimento dos prazos. Salientando que a efetiva ativação poderá eventualmente ocorrer antes deste prazo. Nossa solicitação será atendida?

(...)

X - 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – PAG. 74

1.6.1. Deverá ser fornecida planilha de endereços IPv4 de todos os enlaces dois dias úteis após a assinatura de contrato.

QUESTIONAMENTO

VIII: Esclarecemos que os endereços IP são fornecidos durante o processo de implantação. Sendo assim, solicitamos que seja alterado o prazo para 20 dias. Nosso solicitação será atendida?(destacou-se)

- 1.1. Solicita, ainda, vista das propostas e esclarecimentos quanto à métrica utilizada para elaboração do orçamento estimado pela Administração, além de apresentar questionamentos acerca de relatórios exigidos e da latência dos enlaces.
2. O Pregoeiro, ao tempo em que encaminhou os autos à unidade demandante para manifestação, salientou que atenderia ao pedido de envio das informações que subsidiaram a elaboração do preço estimado do pregão (doc. 1786101).
3. Instada a se manifestar, a SEINFRA apresentou suas considerações por meio do doc. 1788105, e rechaçou tecnicamente os argumentos apresentados pela CLARO, tendo, ao final, se posicionado pela rejeição da impugnação. Na oportunidade, a unidade discorreu sobre algumas questões que considera relevantes diante da contratação da solução em apreço, sobretudo por se tratar de um projeto de grande porte:

Preliminarmente cabe trazer à tela as razões que norteiam este certame. O objetivo do certame é contratar serviços de telecomunicação em formato de solução (i.e., equipamentos, programas, configurações e serviços integrados) para que o Tribunal possa ter transmissões telemáticas entre a sua sede e suas unidades remotas, aqui majoritariamente os cartórios eleitorais. **A necessidade do Tribunal não se restringe apenas à disponibilização do serviço, mas a disponibilização sob certas condições.** Há várias condições técnicas e administrativas no edital, mas uma leitura implícita que se extrai de tudo é o fato de que o Tribunal é um cliente grande para esse tipo de serviço. **O porte da rede, a capilaridade da rede, a quantidade de usuários que dependem do serviço e o montante financeiro envolvido explicitam que se está tratando aqui de um grande projeto.**

É natural que em um grande projeto, o porte das empresas do mercado capazes de atender tenham envergadura suficiente para planejar, organizar, contratar, realizar parcerias, adquirir equipamentos, buscar fornecedores e todas as atividades típicas das grandes empresas especializadas do ramo, com desenvoltura profissional suficiente para realizar as entregas de maneira célere.

De volta às necessidades do Tribunal, além das técnicas explicitadas no Termo de Referência, há as administrativas. Aqui devem ser consideradas a agenda própria do Tribunal e suas datas muito críticas, como o fechamento de cadastro e o pleito eleitoral. O Tribunal, na condição de órgão público da esfera Federal, tem necessidades importantes relacionadas ao âmbito jurídico, em que as premissas de gestão do dinheiro público devem ser asseguradas. Uma questão importante aqui é que atualmente seu contrato de telecomunicações está na condição excepcional limitada de contrato emergencial. (destacou-se)

3.1. Quanto à alegada insuficiência de prazo, aduziu:

Assim sendo, frente aos "pedidos de alteração do instrumento convocatório" da impugnação, o pleito I se refere ao prazo de instalação do cronograma. De logo esclarecemos que os dias do cronograma são dias úteis, o que diverge do entendimento de dias corridos: "10.9. Cronograma de eventos (em dias úteis)". Somente este fato amplia em demasiado o número de dias corridos envolvidos no cronograma.

O impugnante também alega que o prazo é inexecutável. Acerca dessa alegação, nos causa estranheza a sua

colocação à porta do certame, visto que estamos em processo de estudos preliminares, discussões, reuniões virtuais e troca de informações sobre a real capacidade do mercado desde Março, em que a Claro S/A participou de inúmeras dessas discussões, inclusive apresentando-nos os seus projetos preliminares, em que tecemos considerações, e todo o trâmite natural entre a área técnica que deseja entender do que é capaz o mercado em face às necessidades do órgão, buscando a compatibilização mais vantajosa. Ainda, a Claro S/A esteve informada e participante ao longo de todo o processo, que repisamos, durou quase todo o ano de 2021, em que apresentou por duas vezes cotações face a termos de referência iniciais, em que destacamos que o cronograma era mais restrito que o atual, visto que foi revisado por sugestões da ASJUR. O processo de instalação das soluções nos cartórios requer uma velocidade técnica moderada, em que cerca de 7 instalações por dia devem acontecer (aproximadamente 180 soluções / 25 dias úteis). Isso com agendamentos exclusivamente em dias úteis. Essa velocidade média é adequada inclusive para acompanhamento da unidade fiscalizadora. O planejamento inicial deve ocorrer de forma célere e organizada, bem como as parcerias junto a fornecedores devem ser estabelecidas previamente, de maneira que os planos de testes e de instalação sejam rapidamente apresentados para análise. É o mínimo que se espera de uma empresa especializada do ramo. Em análise de outros Termos de Referência similares, mesmo em realidades mais tranquilas quanto às suas agendas internas, por exemplo, o TRE-PE em seu último contrato disponibilizou mais prazo para os planos, mas o tempo de execução das instalações foi de 40 dias corridos (comparável aos 25 dias úteis do nosso). A empresa vencedora tem porte menor (capital social menor) e está há muito menos tempo no mercado que a impugnante. **Em reuniões preliminares de sondagem de mercado com outros licitantes (que por outras razões técnicas se abstiveram de cotar), a informação de prazos foi colhida e o menor tempo sugerido foi de 15 dias úteis. Apesar de essa informação ter contribuído para nossa baliza, adotamos por cautela razoável folga.**

A instalação exige fibras ópticas em todos os locais, o que submete a contratada atual ao mesmo processo de instalação das demais licitantes, visto que hoje esta não é a realidade na maioria dos cartórios. Ao contrário do que se defende na impugnação, é justamente a manutenção em longo prazo do atual contrato emergencial o único processo que favorece a atual contratada, visto que um preço é pago, mas os benefícios do novo contrato não são disponibilizados ao Tribunal.

Portanto, refutamos os argumentos impugnantes: não são 30 dias corridos, mas 30 dias úteis. O prazo é inexequível (sic) e não há excessos para o mercado (**note-se aqui que nenhum outro licitante consultado - dentre 27 - questionou esse prazo**), bastando organização, preparo, habilidade na articulação das parcerias. Por fim, deixamos pontuado como parte dos fundamentos de fatos no

processo que, em qualquer hipótese, a agenda objetiva do Tribunal, considerando seus períodos de recesso, e datas críticas (a mais próxima sendo o fechamento de cadastro) devem ser respeitadas, de maneira que o serviço deve estar implantado, recebido e eventuais reparos ou ajustes já pacificados de quando as datas importantes chegarem.

(...)

Quanto à demanda VII, Questionamento V, não visualizamos nenhuma dificuldade para uma empresa especializada fornecer esse plano para menos de 200 soluções em tempo hábil. Mais uma vez, repisamos que todo o cronograma está em dias úteis e não em dias corridos. Não são portanto 2 dias corridos, mas 2 dias úteis. A solicitação portanto, s.m.j., não será atendida.

Quanto à demanda VIII, Questionamento VI, preliminarmente o impugnante não detalhou como a dilação de prazo trará os benefícios apontados, salvo a subjetiva hipótese de que a participação da Claro S/A trará essas vantagens. Quanto a isso, não ficou demonstrado também em suas duas cotações de preços. **Quanto aos argumentos de fornecimento e licenciamento, repisamos inicialmente que essas preocupações não afetaram as empresas consultadas e principalmente não parecem ter afetado as empresas que cotaram, incluindo-se aí a Claro S/A. Destacamos que a única preocupação apontada pela Claro S/A em tempo foi a de falta de um determinado chip de equipamentos WiFi pelo fornecedor, o que foi prontamente remediado incluindo um segundo modelo de WiFi no Termo de Referência, permitindo então que toda e qualquer dificuldade apontada fosse sanada e a competição ampliada.** Em relação a questões logísticas como transporte de materiais e outras, é o que se espera de uma empresa especializada do ramo, com porte para empreender as ações necessárias de planejamento e execução do projeto. Concluimos portanto, que os argumentos citados não fundamentam dilação de prazo para este mercado e a solicitação, s.m.j., não será atendida.

(...)

Quanto à demanda X, Questionamento VIII, informamos que é requisito de planejamento interno do Tribunal ter a planilha de endereços IP previamente à sua utilização. O prazo para um lote de menos de 200 soluções é perfeitamente exequível para uma empresa especializada do ramo. A solicitação, s.m.j., não será atendida.

É o breve Relatório.

4. De início pontuamos que o pedido da empresa é tempestivo, tendo em vista o disposto no Capítulo XVIII do edital do Pregão nº 37/2021 (doc. 1776095).

5. No tocante aos prazos de implantação dos serviços, estes se encontram previstos, em dias úteis, no cronograma constante do tópico 10.9 do Termo de Referência anexo ao edital, da seguinte forma:

10.9. Cronograma de eventos (em dias úteis)

10.9.1. Dia D: assinatura do contrato entre o TRE-BA e a licitante vencedora (adjudicatária).

10.9.2. D + 2: Entrega do Plano de Implantação e do Plano de Teste de Aceitação pela contratada.

10.9.3. D + 4: Análise dos planos de Implantação e do Teste de Aceitação pela fiscalização e comunicação do resultado à Contratada.

10.9.4. D + 6: Saneamento dos planos de Implantação e de Teste de Aceitação pela contratada. Emissão das ordens de serviço pela fiscalização, conforme modelos do Anexo F.

10.9.5. D + 25: Conclusão das instalações, respectivos testes e envio do último Relatório de Testes de Aceitação à fiscalização. Envio do recebimento provisório pela fiscalização à contratada.

10.9.6. D + 27: Indicação de eventuais pendências a sanear, apontadas pela fiscalização.

10.9.7. D + 29: Aprovação pela fiscalização dos Relatórios de Testes de Aceitação. Emissão do Termo de Aceitação definitivo dos serviços de instalação

5.1. Com efeito, verifica-se que a impugnação girou em torno de questões eminentemente operacionais, que envolvem prazos de execução, os quais se espera tenham sido criteriosamente avaliados pela área técnica.

5.2. Nessa linha de raciocínio, em análise conjunta das disposições acima, com aquelas fixadas no edital, podemos afirmar que este Tribunal se cercou das cautelas necessárias para a contratação em comento, quando fixou exigências relativas à qualificação das concorrentes, primando pela *expertise* a ser comprovada mediante apresentação de atestados de capacidade técnica, bem assim quanto ao atendimento das exigências legais que as habilitam para o serviço em questão, de modo a se certificar de que estejam aptas a cumprirem as exigências então estabelecidas, dentre as quais os prazos para implantação da solução.

5.3. Ademais, como bem salientado pela SEINFRA, algumas modificações no TR, quando possíveis, foram realizadas a partir de questionamentos formulados pelos fornecedores durante a fase instrutória do processo, inclusive pela própria CLARO, as quais visavam ampliar a competitividade do certame.

5.4. Em que pese não nos restar dúvidas de que os prazos previstos no TR tenham sido cuidadosamente estabelecidos pela SEINFRA, especialmente após a realização de estudo técnico, cumpre-nos registrar que a unidade deve estar atenta para o fato de que a fixação de prazos inexecutáveis levará a inexecução contratual, o que, em última análise, poderá acarretar prejuízos ao Tribunal.

6. Quanto aos relatórios, foram prestados os devidos esclarecimentos aos questionamentos constantes das demandas III, IV, V e VI do doc. 1786065.

7. De relação à latência dos enlaces (item VII do pedido de esclarecimento), a unidade demandante, a nosso ver, logrou demonstrar tecnicamente que 60ms é suficiente para a contratação.

8. Por fim, tendo em vista que o processo é público, nada obsta que este seja divulgado no Portal da Transparência deste Tribunal, bem como que seja esclarecido à CLARO o método utilizado pela SEAQUI para elaboração da estimativa.

9. Pelo exposto, opinamos pelo não acolhimento da impugnação, devendo ser mantidos os prazos e demais exigências na forma originariamente vista no edital do Pregão nº 37/2021.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Danielly Regina de Carvalho, Técnico Judiciário**, em 01/12/2021, às 15:23, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1788604** e o código CRC **D7A7C4A1**.

